

editorial

A prostituição absorve milhares de jovens e mulheres e gera enormes benefícios para o crime organizado. A cada ano, milhares de mulheres são traficadas para a prostituição e para a indústria do sexo em todo o mundo. As práticas são extremamente opressivas e incompatíveis com os direitos humanos consagrados universalmente. O mercado sexual é uma forma contemporânea de escravidão e vários indicadores mostram o seu aumento e expansão no século XXI.

Aproximadamente três quartos das mulheres traficadas não sabem que se destinam a clubes de strip, bordéis ou para as ruas, onde são vendidas a compradores ansiosos. A maioria das mulheres procura escapar da pobreza, da violência e da falta de oportunidades mas, uma vez sob o controle de cafetões, são apanhadas pela prostituição por coação e violência física, sexual e econômica.

A prostituição é uma procura de mercado criada por homens que compram e vendem a sexualidade feminina para seu benefício pessoal e seu próprio prazer. As reformas legais deveriam criar soluções para assistir as vítimas e condenar os culpados. O combate contra a regulação da prostituição é, assim, uma luta de todas as mulheres, porque está em causa o reconhecimento do direito da mulher à dignidade. A legalização da prostituição significa que os Estados criarão regulamentações que permitem que as mulheres possam ser prostituídas.

Na luta que travamos contra a globalização excludente que assola economias nacionais, reverte direitos e, entre outros males, mercantiliza tudo e todas, está pautado o combate à mercantilização dos corpos das mulheres. Somos mulheres, não mercadorias!

As Semprevivas



A comercialização de corpos e vidas das mulheres não é inata à condição feminina e por isso podemos e devemos impedir que a exploração continue

O cruel negócio da prostituição

Por Maria Encarna Sanahuja Yll (Trechos do artigo publicado em Poder e Liberdade)

O mito masculino mantém que a prostituta se vende em um ato livre de disposição do seu corpo, esquecendo que estas mulheres foram impulsionadas à prostituição devido a elementos de ordem social: miséria, desemprego e deficiências do meio familiar: pobreza; por serem abandonadas pelo marido; por serem expulsas do lar por causa de gravidez indesejada; por terem filhos ilegítimos, etc.

As mulheres, devido às características sexuais da sociedade patriarcal, têm o recurso do comércio do seu sexo, em lugar do roubo ou de golpes. Esta é uma razão

da menor delinquência entre as mulheres. Mas a prostituição é um negócio de homens. O Estado e a classe dominante – o homem – assentam o seu poder e os seus recursos econômicos sobre a exploração das mulheres. A prostituição, assim como a tortura domiciliar, estupro e o assassinato de mulheres, constituem um claro expoente do machismo.

Nem vocação nem liberdade

A ideologia machista, que afirma que a prostituta vende o seu corpo porque gosta, que se trata de um trabalho vocacional, repercutiu em algum

setor das prostitutas. À prostituta não causa prazer realizar serviços sexuais que só satisfazem ao homem. Vende seu corpo para poder sobreviver ou obter mais dinheiro. Ignora-se, entretanto, que a maioria das prostitutas não são livres. Nem as pobres, nem as ricas. Tanto as da rua ou as dos bares e clubes como as de luxo que exercem outro tipo de prostituição clandestina, de convite, de agenda, estão controladas por cafetões, que são os principais beneficiários do negócio. As máfias impedem que as mulheres públicas obtenham um benefício individual, pois trata-se de um negócio para homens e não para as mulheres.

A ignorância frente aos fatos reais faz com que ninguém se volte contra a figura do cliente nem do cafetão. Onde se viu que para erradicar uma injustiça se ataque os explorados e não os exploradores? Quem compra é quem tem o poder.

Sobre os clientes

A clientela que procura as prostitutas é heterogênea, entretanto, a classe social a que pertence e suas condições econômicas não significam diferenças substanciais na forma como se relacionam com a prostituição. A prostituição é o símbolo mais tangível da ditadura heterossexual da nossa sociedade: o macho impõem o seu desejo em troca de dinheiro. A superioridade econômica lhe permite assegurar os serviços de prostitutas.

Foi dito que a prostituição é o ofício mais antigo do mundo. Isto se encaixa perfeitamente em nossa tese fundamental, a saber, que a mulher é a primeira classe explorada e oprimida pelo homem. Logo, tem seu sexo explorado individualmente ou de forma pública, quando o homem descobre que o comércio do sexo pode lhe beneficiar. Entre os povos primitivos atuais a prostituição é um fenômeno corrente. No nosso adiantado e progressista mundo

capitalista, gigolôs e cafetões, agrupados em clãs e máfias supra-nacionais, enchem os bolsos com a exploração de mulheres escravizadas, sendo impossível para elas saírem do alucinante mundo da prostituição.

O proxenetismo não só está representado pelos gigolôs que vigiam suas mulheres, mas também por todos aqueles que vivem, enriquecem e se aproveitam das prostitutas. Homens que vendem, compram, espancam, maltratam e até assassinam estas mulheres.

Só a valentia de algumas, fartas de maus tratos e humilhações, permite que conheçamos a extorsão a que são submetidas.

Soluções para a prostituição

A luta organizada das prostitutas nascida na França está dividida em dois ramos fundamentais: a primeira, o setor com menos consciência de classe, mais reacionário, e que tem a aprovação dos cafetões, defende o trabalho e quer exercê-lo mediante a legalização. As mulheres reclamam a liberdade para vender o seu corpo e a prática da prostituição por vocação.

A outra ala do movimento, com a qual nos sentimos mais próximas, proclamam que a prostituição é degradante e vil, e apresenta um plano de medidas governamentais para reinserir as prostitutas. Muitas mulheres que estão sem trabalho, sem meios econômicos, são vítimas das máfias e estão obrigadas a prostituírem-se. Estamos mais próximas deste setor porque as mulheres do primeiro ainda não descobriram que devem ser donas de seu corpo. Carmem Alcalde considera que “estas mulheres não entenderam que a sua única alternativa é exigir o direito à cultura, à informação e ao trabalho, por mais explorado e alienado que seja. Assim como os escravos preferiram mudar sua situação de servos corporais pelo trabalho nas minas ou nas fábricas. Assim como hoje seguem preferindo a venda da sua força de trabalho no lugar de

Os métodos indiretos do patriarcado de indução à prostituição são mais sutis do que nunca. Entre eles podemos destacar a comercialização do corpo da mulher apresentada pelos meios de comunicação; e a ausência de uma autêntica igualdade de oportunidades entre os sexos que deixa as mulheres em posição débil e insegura, e dependentes dos homens.

O ofício mais antigo do mundo, expressão machista e sexista, quer dar a entender que a prostituição foi, é e será, ou, o que é o mesmo, que é inata à condição da mulher e imodificável.

Victoria Sau

Dicionário Ideológico Feminista

vender a sua pessoa a um amo, as mulheres, se realmente querem levar sua revolução sexual adiante, deveriam começar por gritar que são seres humanos com a mesma capacidade que os homens para integrar-se ao mundo do trabalho, político, cultural e criativo, monopolizado pela outra metade da população mundial”.

O atroz é que, com a legalização, as máfias, mais ou menos distinguidas, que controlam a prostituição atuarão com maior impunidade. A legalização, que aceita o comércio do corpo da mulher e as relações que com ele estabelece o cliente e a prostituta, não faria mais do que favorecer este negócio que nutre capitalistas, fascistas e inclusive democratas. Em uma palavra, o movimento feminista não pode tolerar a legalização da escravidão sexual.

É necessária uma transformação profunda da sociedade e, sobretudo, à tomada de consciência por parte das mulheres para sermos donas dos nossos corpos e contrárias a qualquer tipo de exploração, incluída a sexual. Com a revolução feminista emergirá uma sociedade onde a prostituição não terá razão de ser.

Desigualdade continua sendo nossa marca

Lançada pelo IBGE agora em junho, a *Síntese de Indicadores Sociais 2002* continua mostrando o que todas já sabiam: o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade. As mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas também se aposentam em menor proporção que os homens e há mais mulheres idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão.

Na questão racial tudo ficar pior. Negros e pardos recebem metade do rendimento de brancos (sobretudo nas regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba). Os homens negros e pardos ganhavam, em 2001, 30% a menos que as mulheres brancas e as mulheres negras, 50% do que recebiam as brancas.

A pobreza é feminina

O levantamento apresenta o perfil da mulher brasileira: escolaridade, média de filhos, ocupação, rendimento, posição nos diferentes tipos de família e situação na Previdência. As diferenças entre homens e mulheres são expressivas: mesmo que ambos tenham a mesma média de anos de estudo, os homens ganham mais que as mulheres.

A população feminina ocupada concentra-se entre os rendimentos mais baixos: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, contra 55,1% dos homens. A desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração. A proporção de homens que ganham mais de 5 salários mínimos é de 15,5% e das mulheres, 9,2%.

A proporção de mulheres dedicadas aos empregos domésticos (19,2%) e que não recebem remuneração (10,5%) é bem maior do que a dos homens (0,8% e 5,9%, respectivamente). Mais de 70% das ocupadas concentram-se no setor de serviços.

Em 2001, a população ocupada era de 75,4 milhões. Os empregados e trabalhadores por conta-própria eram 47,8% e 22,3%, respectivamente. Desde a década de 1990 verifica-se queda da taxa de ati-

vidade masculina – ainda a maior – e aumento da feminina. Em 2001, a taxa feminina foi de 48,9%, enquanto a masculina caiu um ponto percentual, passando para 72,8%. A taxa de desemprego das mulheres (6,7%) é maior que a dos homens (5,9%).

Previdência

Mais da metade da população ocupada não tem seguridade social. A taxa de contribuição previdenciária da população ocupada é de 45,7% (homens – 46,1%; mulheres – 45,1%). Entre os 6.174.448 empregados, 61,5% têm carteira de trabalho (mulheres – 65,4%; homens – 59,6%). O percentual de trabalhadores domésticos com carteira assinada aumentou, chegando a 26,1% em 2001.

As doenças do aparelho circulatório

se destacam como a principal causa de mortes no País (28,8% para homens e 36,9% para mulheres), em todas as regiões e estados. A região Sul e o estado do Rio Grande do Sul, em particular, registram as maiores proporções, sendo responsáveis por 40% das mortes de mulheres.

Na média nacional, apenas 46% das gestantes realizaram mais de sete consultas durante a gravidez. De modo geral, as proporções são extremamente baixas nos estados do Norte (25,8%) e Nordeste (32,9%) e, mesmo nas regiões mais desenvolvidas essas proporções estão um pouco acima de 50%. Em decorrência, as taxas de mortalidade infantil dos menores de seis dias são extremamente altas nas regiões onde a assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido é mais precária.



Principais tendências demográficas observadas no País

- Redução do ritmo de crescimento da população.
- Aumento da proporção de pessoas vivendo em áreas urbanas.
- Maior proporção de mulheres do que de homens: 94,9 homens para cada 100 mulheres.
- Diferença entre as expectativas de vida de mulheres e homens: elas vivem em média até os 72,8 anos de idade, 7,8 anos a mais que os homens.
- Envelhecimento da população: a proporção de pessoas de 60 anos ou mais passou de 7,9% em 1992 para 9,1% em 2001 e estima-se que chegue a 16% em 2030.

- Redução da fecundidade: a taxa caiu de 2,7 para 2,4 filhos por mulher, de 1992 para 2001. A taxa bruta de natalidade também caiu: em 1992 houve 23 nascimentos por mil habitantes e, em 2001, 20,9 por mil.
- Queda da mortalidade: em 1992 a razão era de 7,5 óbitos para cada mil habitantes e em 2001, 6,9 por mil.
- Queda da mortalidade infantil: a participação de óbitos de menores de 1 ano de idade no total de óbitos registrados caiu de 9,7%, em 1992, para 5%, em 2001.

A íntegra do levantamento está disponível em www.ibge.gov.br.

Crioulas, a voz e as letras da resistência

A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas nasceu em 17 de julho de 2000, como representante de Conceição das Crioulas, comunidade quilombola com cerca de 3.800 habitantes, localizada no Distrito de Salgueiro, sertão pernambucano. A Associação é formada pelas lideranças das dez associações de agricultores e agricultoras da comunidade e é a detentora do título de posse do território de Conceição (16.865 hectares). Entre as lutas da Associação estão a regularização fundiária, educação específica e diferenciada, e desenvolvimento sustentável, a partir das potencialidades e tradições locais, sempre na perspectiva do fortalecimento da identidade quilombola. Trabalho que é desenvolvido pelas mulheres da comunidade.

A publicação "*Crioulas, a voz da resistência*" é fruto desse trabalho. O jornal foi feito a partir da construção coletiva das seções e pautas, além do projeto gráfico. O *Crioulas* tem como objetivos estimular a comunicação interna em Conceição, promover o encontro entre as gerações, articular as comunidades quilombolas e dar visibilidade às suas lutas.

A publicação nos foi apresentada quando a SOF participou do II Encontro



Reprodução
Edição nº 1 do jornal da Associação Quilombola

tro das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, em maio deste ano, e que teve como temas Terra, Direitos e Cidadania Quilombolas. O encontro teve como principal objetivo contribuir para o fortalecimento da organização das comunidades quilombolas, além de possibilitar maior intercâmbio, identificar problemas comuns, sensibilizar órgãos e autoridades governamentais para promoção de políticas públicas.

O primeiro número do *Crioulas*, com tiragem de dois mil exemplares, trabalha muito bem as fotografias e ilustrações das matérias e dá destaque às discussões sobre educação, geração de renda, tradições quilombolas e a questão da água.

o que rola

Movimentos Sociais em ação no Brasil

A Marcha Mundial das Mulheres, Via Campesina, CUT, CMP, UNE, dentre outras organizações convocaram os movimentos sociais brasileiros a construir um espaço de reflexão e ações conjuntas. Duas reuniões já aconteceram definindo uma plataforma política e o modo de funcionamento.

Os eixos de ação desta plataforma são a luta contra o imperialismo (campanhas e lutas contra a Alca e OMC, FMI, dívida externa e transgênicos); um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil (organizar uma campanha por emprego, salário e renda); e as reformas do governo (como intervir nas reformas da Previdência, Tributária e Trabalhista).

No período de junho a agosto diversas mobilizações ocorrerão. Esses eventos, assim como a organização constante de ativistas, serão momentos importantes no avanço das lutas postas para todas, já que temos consciência que somente por meio da mobilização e pressão alcançaremos as mudanças necessárias para mudar os rumos de nossa sociedade.

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Christian Aid.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: Input
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SIMPLICIDADE ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP
Tel/fax: 3819-3876
Correio Eletrônico: sof@sof.org.br
Página na internet:
<http://www.sof.org.br>

próximos números

- LUTA CONTRA A OMC
- POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS DE GÊNERO